

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de Empresa Especializada na Confecção e instalação de portão “tipo garagem”, com porteiro eletrônico e comporta para atender a necessidade do Centro Educacional Nossa Senhora das Graças e Confecção e instalação de portão “tipo garagem”, com porteiro eletrônico para atender a necessidade da Escola Municipal Professora Adezir de Almeida Garcia que atende crianças do Ensino fundamental no Bairro de Córrego D’Antas, ambas do Município de Nova Friburgo.

Tal contratação visa proporcionar melhores condições aos alunos na acessibilidade às dependências das unidades supracitadas com mais conforto e segurança. Hoje os alunos do Centro Educacional Nossa Senhora das Graças utilizam a entrada pela quadra esportiva passando por uma passarela estreita e sem acessibilidade por conta das escadas. Sem falar em segurança em casos emergenciais e os alunos da Escola Municipal Professora Adezir de Almeida Garcia que utilizam o único portão de acesso a escola que fica a beira de uma avenida de grande movimento.

1.2 Essa licitação ocorrerá conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Federal nº: 10.024/2019 - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020.
1.4	Prazo:	Imediato
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo para aquisição do mesmo:

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	482983	PORTÃO, TIPO GARAGEM COM PORTEIRO ELETRÔNICO. MEDINDO 3,20 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS DE ALTURA. CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO (ANTI FERRUGEM), COM PINTURA AUTOMATIVA NA COR CINZA, COM PORTAO SOCIAL MEDINDO 1 METRO DE COMPRIMENTO X 2,20 METROS DE ALTURA COM FECHADURA ELETRÔNICA. (FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSA).	UNIDADE	1

02	482983	PORTÃO DESLIZANTE, TIPO GARAGEM. MEDINDO 4,40 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS DE ALTURA. CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO (ANTI FERRUGEM), COM PINTURA AUTOMATIVA NA COR CINZA. (FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSA).	UNIDADE	1
03	449151	COMPORTA MEDINDO 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 0,50 CENTÍMETROS DE ALTURA. COM BORRACHAS LATERAIS DE NO MÍNIMO 2CM. CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO (ANTI FERRUGEM), COM PINTURA AUTOMATIVA NA COR CINZA. (FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSA).	UNIDADE	1

ITEM	UNIDADES ATENDIDAS	UNIDADE	PORTÃO COM PORTEIRO ELETRÔNICO	COMPORTA
1 e 3	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ENDEREÇO: PRAÇA 1º DE MAIO, Nº 20 - OLARIA - NOVA FRIBURGO/RJ - CEP: 28.620-050	UN	1	1
2	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ADEZIR ALMEIDA GARCIA ENDEREÇO: RUA LUIZ SCHOTTZ, Nº 411 - CÔRREGO D'ANTAS - NOVA FRIBURGO/RJ - CEP.: 28.630-000 (PORTÃO DESLIZANTE, TIPO GARAGEM)	UN	1	0
	TOTAL		2	1

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

ITENS 1 e 3 - Confecção e instalação de portão “tipo garagem”, com porteiro eletrônico e comportas acopladas para atender a necessidade do Centro Educacional Nossa Senhora das Graças que atende crianças da Educação Infantil, Fundamental I e do Fundamental II do Município de Nova Friburgo.

ITEM 2 - Confecção e instalação de portão deslizante “tipo garagem” para atender a necessidade da Escola Municipal Professora Adezir de Almeida Garcia que atende crianças do Ensino fundamental no Bairro de Córrego D’Antas do Município de Nova Friburgo

Tal contratação visa proporcionar melhores condições aos alunos na acessibilidade às dependências das unidades supracitadas, gerando mais conforto e segurança.

Para os Itens 1 e 3: Os alunos do Fundamental I e II do Centro Educacional Nossa Senhora das Graças utilizam a entrada pela quadra esportiva, passando por uma passarela estreita e sem acessibilidade por conta das escadas. Sem falar na segurança em casos emergenciais por conta de ter uma única saída, em atenção ao Relatório de Vistoria SMDC nº 786/2022 (cópia em anexo). A comporta se faz necessária por conta da proximidade do rio que corta o bairro.

Para o item 2: Os alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Adezir de Almeida Garcia, utilizam a entrada principal que fica a beira da Avenida Antônio Mario de Azevedo em Córrego Dantas, uma avenida perigosa por conta do grande fluxo de carros e caminhões que trafegam por ali. O portão existente é de madeira e encontra-se quebrado, danificado pelo tempo de uso, impossibilitando o seu fechamento correto e seguro, não cabendo disponibilizar recurso para consertá-lo.

Essa dispensa ocorrerá conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

4. DO SERVIÇO

4.1 A presente licitação, versa contratar uma empresa especializada para confecção e instalação, para dar acessibilidade e segurança nas seguintes Unidades Escolares: Centro Educacional Nossa Senhora das Graças e na Escola Municipal Professora Adezir de Almeida Garcia, proporcionando melhores condições de acessibilidade, segurança e conforto aos alunos.

4.2 A empresa contratada deverá efetuar além da confecção dos portões e da comporta, a instalação, fornecendo os equipamentos e a mão de obra necessária para fazê-los, além de fornecer o suporte técnico pelo período de garantia de no mínimo 12 meses sem custos adicionais para a contratante, incluindo o fornecimento de ferramentas e mão de obra especializada.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2 Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

5.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.2 A despesa decorrente da aquisição dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho especificado a seguir:

6.2.1	Elemento de Despesa:	339039-05
6.2.2	Fonte de Recurso:	01 e 03
6.2.3	Programa de Trabalho:	22002.1236100542.140

6.3 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

7 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.2 O fornecimento será efetuado de forma imediata, contado no máximo 20 (vinte) dias após a data de entrega das Notas de Empenhos, nos endereços abaixo.

CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
ENDEREÇO: PRAÇA 1º DE MAIO, Nº 20 - OLARIA - NOVA FRIBURGO/RJ - CEP: 28.620-050
HORÁRIO: De segunda à sexta, das 07:00 às 17 horas.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ADEZIR ALMEIDA GARCIA
ENDEREÇO: RUA LUIZ SCHOTTZ, Nº 411 - CÔRREGO D'ANTAS - NOVA FRIBURGO/RJ –
CEP: 28.630-000
HORÁRIO: De segunda à sexta, das 07:00 às 17 horas.

7.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo responsável que irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8 DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas

neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019.

9 DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.5 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação para representá-la na execução do Contrato;

11.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.8. Fornecer o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

11.10. Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

12 MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição será exercido por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Carlos Veiga da Rocha	990256	Gestor titular
Gustavo da Silva da Martins	105872	Gestor Substituto
Fernando Samuel de Lima	107445	Fiscal Titular
Eraldo Alves da Silva Junior	116272	Fiscal substituto

14.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado pelo gestor e responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.9 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco)



dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratórias no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratórias no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.10 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.11 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;



18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da contratação;

18.2.9 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Educação.

18.2.10 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2022.

Responsáveis pela elaboração:

Apoio Técnico:

Fernando Samuel de Lima

Gustavo da Silva da Martins

Matr.: 107445

Matrícula: 105872

De acordo:

Carlos Veiga da Rocha
Subsecretário Administrativo
Secretária Municipal de Educação
Mat.: 990256